

# Praça Mauá passará por reforma

O mosaico português será trocado e também será criada uma esplanada para eventos; banheiros e fonte, contudo, não estão no pacote

JOSÉ CLAUDIO PIMENTEL  
DA REDAÇÃO

Em seis meses, a Praça Mauá, no Centro de Santos, receberá um novo piso e terá uma esplanada para a realização de eventos. Essa é a promessa da Prefeitura, que utiliza R\$ 1,3 milhão proveniente do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (Dade) para realizar as intervenções no local.

Ao todo, serão trocados 4.900 metros quadrados de mosaico português, que compõem toda a área no entorno do Paço Municipal, e segue no vão central até o ponto do bonde turístico. Foram as populares pedras coloridas, na verdade, as principais responsáveis pelo destino dos recursos à praça.

No último ano, tornaram-se comuns reclamações formalizadas por munícipes sobre constantes buracos e, também, pelas equipes de manutenção da Prefeitura sobre as dificuldades nos reparos das rochas que formam o piso. A informação é do arquiteto Glaucus Farinello, chefe do Departamento de Obras Públicas.

“Chega um momento que não é mais possível fazer o reparo preventivo”, justifica. Em alguns pontos, segundo ele, tornou-se inviável manter o nivelamento da calçada ou evitar que, tempo depois, com o efeito da chuva, por exemplo, se formem fissuras que prejudicam a passagem de pedestres.

Paralelamente, os arquitetos da Prefeitura já estudavam como fazer com que a área comportasse a realização de grandes eventos. A solução foi retirar os quatro primeiros blocos de jardins que ficam próximos ao paço, para fazer ali um campo aberto (a esplanada). A nova dimensão dobrará a atual.

## NEM BANHEIROS, NEM FONTE

A Mauá original não fica colada ao prédio da Prefeitura e é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa). A construção da esplanada só foi autorizada já que ela ficará na área da antiga Rua Dom Pedro II, fechada em meados de 1990 para fazer o prolongamento da área verde (onde estão os blocos) e da calçada.

O valor ofertado pelo Dade, porém, não contempla a reforma da fonte e dos banheiros públicos, ambos danificados pelo tempo, como admite Farinello.

A colocação de um novo mosaico, todavia, é o foco desta reforma, cujo custo total seria capaz de pagar a construção de seis novos pontilhões semelhantes ao que hoje é feito no Canal 4 (cada um custa R\$ 200 mil). Ou então para concluir a reurbanização da Praça da Paz Universal, na Zona No-

## Prioridades

**“A Praça não está feia. Então acredito que o dinheiro poderia ser investido em outras áreas, como Educação e Segurança. Temos que saber as prioridades”**

Diego Lamela, 27 anos, bancário.



FOTOS LUIGI BONGIOVANNI

## Vale reforma

**“A praça precisa de uma boa reforma. Não só nos monumentos, mas nos jardins, nos bancos. Têm buracos na calçada também. Fica feio para os turistas”**

Roberto Marques, 60 anos, aposentado



## Só um reparo

**“Outros lugares poderiam receber atenção. Vim passear com meu filho por aqui e não reparei em nada errado. Para mim, está muito bom. Vale um reparo ou outro, no máximo”**

Janice Francisca, 27 anos, dona de casa.



roeste, atrasada em 6 meses.

Glaucus explica que o os gastos são calculados com base em preços tabelados utilizados por todas as obras realizadas com recursos do Estado. “É padrão”, afirma. Isso, segundo ele, garante a lisura nos trabalhos e o cumprimento do real valor de mercado para que não ocorram superfaturamentos.



NIRLEY SENA

O custo das obras é de R\$ 1,3 milhão, com recursos do Dade; serão trocados 4,9 mil metros quadrados do mosaico português da praça

## Padronização



LUIGI BONGIOVANNI

As intervenções na Praça Mauá também contemplam a padronização dos bancos e a reforma de estruturas antigas, como os monumentos. A troca de iluminação, assim como a reforma dos banheiros (foto) e da fonte não contemplam o projeto e orçamento do Dade. As áreas verdes também permanecerão as mesmas, sem qualquer alteração – as árvores de grande porte e centenárias serão preservadas. Os trabalhos também vão nivelar as rampas de acesso a cadeirantes à calçada e ao Paço Municipal, que hoje também são alvo de reclamação. As obras têm previsão para acabarem até o final deste ano.

## Turismo justifica a intervenção

■ A reforma da Praça Mauá torna-se a 218ª obra realizada simultaneamente em Santos. O recurso milionário do fundo das Estâncias prevê o investimento em áreas de grande concentração turística. Dessa maneira, a Prefeitura defende as intervenções na principal área do Centro de Santos.

Por essa razão, a Praça da Paz Universal não poderia receber o valor para prosseguir as obras, cujo término estava previsto para o início do ano. A demora no repasse de verbas do Ministério da Cultura foi o que ocasionou o atraso. A pasta, em Brasília, afirma que normalizou a situação e as obras recomeçaram.

Da mesma forma, o arquiteto Glaucus Farinello, da Prefeitura, fala que não enxerga problemas na realização de obras distintas na Cidade, antes mesmo de outras já terem sido finalizadas. Exemplo disso são os pontilhões, que possuem programação independente e prazo de conclusão de três meses.

“Começar o pontilhão do Canal 4 não quer dizer que deixamos de terminar o Canal 7. Estamos no cronograma”, garante. Segundo ele, as reconstruções são complexas por envolver trabalhos com a rede de abastecimento, esgoto e até telefonia, que tomam quase um terço do tempo de construção.



ALEXSANDER FERRAZ-14/4/2015

Cronograma da obra na Praça da Paz previa término no início do ano

## Shoppings funcionam sem laudo

DA REDAÇÃO

Três shoppings de Santos funcionam, hoje, sem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e laudo de segurança estrutural: Miramar, Parque Balneário e Pátio Iporanga. O Super Centro Boqueirão não possui, apenas, a documentação referente à segurança estrutural. O único estabelecimento regularizado é o Praiamar.

As informações são da Secretaria de Infraestrutura e Edificações e foram prestadas a pedido de *A Tribuna*. A pasta monitora as condições de segurança de estabelecimentos comerciais.

O laudo estrutural avalia a estabilidade do edifício onde o comércio está instalado e suas ligações elétricas. O AVCB é emitido pelo Corpo de Bombe-

ros e atesta a segurança do local contra incêndios. Os dois documentos compõem o Auto de Vistoria e Segurança (AVS), que deve ser renovado, anualmente, na Prefeitura.

### CHAMAMENTO

No dia 9, o Miramar foi notificado a providenciar pedido de renovação do AVS, apresentando laudo de segurança estrutural e AVCB.

O secretário de Infraestrutura e Edificações, Ângelo da Costa Filho, afirma que o shopping já havia sido intimado no final de maio.

O Parque Balneário e o Pátio Iporanga foram citados na mesma época. Pela legislação municipal, os três shoppings têm 30 dias para se regularizar – até o

## Lei

**Segundo a Lei Complementar 407, de 2000, o estabelecimento comercial que não apresentar os laudos está sujeito a multa e cassação de alvará.**

fim deste mês, em dia não especificado. O Super Centro Boqueirão foi intimado na sexta-feira.

### RESPOSTAS

O Miramar Shopping informa que não tomou ciência da publicação do edital no Diário Oficial e que “o processo de renovação já está em andamento”.

O laudo do Parque Balneário

venceu em 31 de dezembro. Por sua assessoria de imprensa, diz ter apresentado o documento de segurança estrutural, mas espera pelo AVCB. Este depende do Hotel Parque Balneário: o processo é conjunto por se tratar de um só empreendimento, mas com gestão distinta. A administração do hotel alega ter entregado na segunda-feira a documentação que faltava para o AVCB.

O Pátio Iporanga informa ter pedido a renovação do AVS no final de 2014. O AVCB foi requerido ao Corpo de Bombeiros, que pediu “adequações que já foram executadas. Estamos aguardando o retorno dos Bombeiros para vistoria final”.

O Super Centro Boqueirão afirma estar com o AVCB em dia e que aguarda a emissão do AVS por parte da Prefeitura, pois já apresentou a documentação necessária.

## Ana Preto cita emergência para explicar aumento

DA SUCURSAL

A prefeita de Peruíbe, Ana Preto (PTB), nega que o Município tenha reajustado as tarifas de transporte – a partir de agosto, as passagens devem ir de R\$ 1,70 para R\$ 2,50. A defesa do governo é que, hoje, o serviço é feito em caráter emergencial e, a partir de então, a Jundiá Transportadora Turística assume concessão por 10 anos.

“Não se trata de reajuste. A Cidade conta hoje com serviço emergencial operado com ônibus que não atendem às necessidades da população”, afirma a prefeita, em nota. Ela destacou que há apenas 10 veículos prestando o serviço, e que serão 17 sob a concessão, adaptados a deficientes.

Ana Preto diz ainda que o novo contrato, apesar de ter uma tarifa 47% mais cara, deve agradar à população – nas últimas semanas *A Tribuna* relatou histórias de munícipes que disseram esperar até 4 horas por um ônibus. Outra novidade prometida é que o novo sistema será operado com o uso de um terminal, podendo, em certos casos, o passageiro embarcar em duas viagens pagando só uma passagem.

A promessa da Administração é que a espera média possa ser reduzida de duas horas para 20 minutos. Além disso, o Município antecipa que a bilhetagem dos ônibus passará a ser eletrônica.